REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA PRECOCE: IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS NA DECISÃO REPRODUTIVA DE JOVENS À LUZ DA LEI Nº 14.443/2022

EARLY VOLUNTARY STERILIZATION: PSYCHOLOGICAL IMPLICATIONS IN THE REPRODUCTIVE DECISION OF YOUNG PEOPLE IN LIGHT OF LAW NO. 14.443/2022

Ciências Sociais Aplicadas • 14/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794383042

Kelly Clarindo dos Santos

Italo Bruno Lima Nonato

RESUMO

A decisão pela esterilização voluntária durante a juventude envolve aspectos psicológicos, sociais e culturais que ultrapassam a escolha de um método contraceptivo definitivo. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, os aspectos psicológicos envolvidos na decisão reprodutiva de jovens que optam pela esterilização voluntária, considerando as mudanças estabelecidas pela Lei nº 14.443/2022. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros e documentos relacionados à temática. Os resultados da análise apontaram que a decisão pela esterilização voluntária pode estar relacionada à autonomia reprodutiva, aos projetos de vida, às experiências familiares, às condições socioeconômicas e às expectativas em relação ao futuro. Também foi possível compreender que sentimentos de ambivalência e possíveis dúvidas não representam, necessariamente, ausência de maturidade ou incapacidade de decisão. Nesse sentido, destaca-se a importância de uma atuação psicológica pautada no acolhimento, na escuta e no respeito à singularidade de cada indivíduo, sem julgamentos ou imposições. Conclui-se que a compreensão da esterilização voluntária entre jovens exige uma perspectiva ampla, que reconheça a autonomia e a diversidade das escolhas reprodutivas.

Palavras-chave: Esterilização voluntária; Autonomia reprodutiva; Juventude; Tomada de decisão; Psicologia.

ABSTRACT

The decision to undergo voluntary sterilization during youth involves psychological, social, and cultural aspects that go beyond the choice of a permanent contraceptive method. In this context, this study

aimed to analyze, through a literature review, the psychological aspects involved in the reproductive decisions of young people who choose voluntary sterilization, considering the changes established by Law No. 14,443/2022. This research is characterized as a bibliographic study with a qualitative approach and na exploratory and descriptive nature, based on the analysis of scientific articles, books, and documents related to the subject. The analysis indicated that the decision to undergo voluntary sterilization may be related to reproductive autonomy, life projects, family experiences, socioeconomic conditions, and expectations for the future. It was also possible to understand that feelings of ambivalence and possible doubts do not necessarily indicate a lack of maturity or decision-making capacity. In this regard, the importance of psychological practice based on empathy, attentive listening, and respect for each individual's uniqueness is highlighted, without judgment or imposition. It is concluded that understanding voluntary sterilization among young people requires a broad perspective that recognizes autonomy and the diversity of reproductive choices.
Keywords: Voluntary sterilization; Reproductive autonomy; Youth; Decision-making; Psychology.

1. INTRODUÇÃO

A decisão de ter ou não ter filhos faz parte dos projetos de vida e envolve aspectos pessoais, emocionais, sociais e econômicos. Para algumas pessoas, a parentalidade representa uma realização pessoal e familiar; para outras, a escolha de não ter filhos ou de não ampliar a família está relacionada às suas expectativas para o futuro, às condições de vida e à maneira como compreendem a maternidade e a paternidade. Nesse contexto, a esterilização

voluntária constitui uma alternativa contraceptiva definitiva que pode fazer parte das decisões reprodutivas de homens e mulheres.

No Brasil, a Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022, modificou os critérios para a realização da esterilização voluntária previstos na legislação de planejamento familiar. Entre as mudanças, está a redução da idade mínima de 25 para 21 anos, mantida a possibilidade de realização do procedimento para pessoas com pelo menos dois filhos vivos, além de outras alterações nas condições legais para o acesso ao método. A legislação entrou em vigor em março de 2023 e representa uma mudança importante no acesso à esterilização voluntária, especialmente para pessoas mais jovens que desejam tomar decisões sobre sua vida reprodutiva (BRASIL, 2022).

Embora a legislação estabeleça critérios para a realização do procedimento, a decisão pela esterilização não deve ser compreendida apenas a partir da idade ou do número de filhos. Trata-se de uma escolha que pode envolver a autonomia individual, o planejamento de vida, as expectativas profissionais e financeiras, os relacionamentos afetivos e a percepção das responsabilidades relacionadas à criação de uma criança. Além disso, a decisão pode estar relacionada à forma como cada pessoa compreende a maternidade e a paternidade, considerando suas experiências, valores e expectativas para o futuro.

De acordo com a perspectiva psicológica, é importante considerar que as decisões reprodutivas podem envolver diferentes motivações e sentimentos. A percepção de não estar emocionalmente preparado para assumir as responsabilidades afetivas e cotidianas da criação de um filho, por exemplo, pode fazer parte das reflexões de alguns jovens. Experiências familiares vivenciadas durante o

desenvolvimento, conflitos, ausência de apoio e lembranças desagradáveis também podem influenciar a maneira como algumas pessoas compreendem a parentalidade. Entretanto, esses aspectos não devem ser considerados explicações únicas ou determinantes, uma vez que cada indivíduo constrói seus projetos de vida a partir de uma trajetória particular.

As condições socioeconômicas também merecem atenção nessa discussão. Os custos relacionados à alimentação, à saúde, à educação e às demais necessidades de uma criança podem fazer parte do planejamento familiar, principalmente entre pessoas que enfrentam dificuldades financeiras ou insegurança quanto ao futuro. Da mesma forma, aspectos como idade, sexo e número de filhos podem ser considerados na análise das características sociodemográficas descritas pela literatura sobre esterilização voluntária. No entanto, é necessário compreender esses elementos em conjunto com os fatores psicológicos e sociais, evitando estabelecer relações diretas entre uma característica específica e a decisão de realizar um procedimento definitivo.

Diante dessas questões, torna-se relevante discutir a esterilização voluntária entre jovens a partir de uma perspectiva que considere tanto os direitos reprodutivos quanto a complexidade das escolhas individuais. O reconhecimento da autonomia não significa desconsiderar as dúvidas ou os sentimentos envolvidos na decisão, mas compreender que as pessoas possuem diferentes valores, experiências e expectativas em relação à parentalidade. Nesse sentido, a discussão também contribui para refletir sobre a importância de uma assistência que ofereça informações claras, acolhimento e orientação sem julgamentos ou imposições relacionadas à idade, ao sexo ou à decisão de ter ou não ter filhos.

Para responder a essa questão, o estudo tem como objetivo geral analisar, por meio de revisão bibliográfica, os aspectos psicológicos envolvidos na decisão reprodutiva de jovens que optam pela esterilização voluntária, considerando as mudanças estabelecidas pela Lei nº 14.443/2022, em vigor desde março de 2023. Especificamente, pretende-se examinar como a literatura caracteriza o perfil sociodemográfico desses indivíduos, identificar os motivos descritos nos estudos para a escolha pela esterilização voluntária entre jovens sem filhos ou com poucos filhos e discutir, à luz da literatura psicológica, os aspectos relacionados à autonomia, à maturidade emocional e ao planejamento de vida.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de reunir e discutir conhecimentos que contribuam para uma compreensão mais ampla da decisão pela esterilização voluntária durante a juventude. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o estudo não pretende estabelecer um perfil definitivo dos jovens que realizam o procedimento nem determinar quais fatores predominam entre eles, mas analisar as contribuições da literatura para compreender a relação entre aspectos psicológicos, sociais e reprodutivos. Dessa forma, busca-se contribuir para uma reflexão que respeite a singularidade das trajetórias individuais e reconheça a importância da autonomia nas decisões sobre a própria vida reprodutiva.

2. JUVENTUDE, COMPORTAMENTO REPRODUTIVO E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO - JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

Ao abordarmos o tema Esterilização Precoce, precisamos entender que a juventude é formada por fases que marcam importantes transformações biológicas, psicológicas e sociais, na qual os

indivíduos vivenciam processos significativos de construção da identidade, definição de projetos de vida e consolidação de escolhas pessoais. Nesse período, decisões relacionadas à formação de família, inserção no mercado de trabalho e planejamento reprodutivo assumem grande relevância, uma vez que influenciam diretamente as trajetórias futuras. A juventude é uma etapa do desenvolvimento humano caracterizada por importantes transformações biológicas, psicológicas e sociais, período em que o indivíduo vivencia mudanças significativas e a conquista gradual de sua autonomia (Cardoso; Borsa; Segabinazi, 2018).

Nesse contexto, o comportamento reprodutivo dos jovens pode ser compreendido a partir da relação entre seus projetos pessoais, condições de vida e expectativas em relação ao futuro. A decisão de constituir ou não uma família, bem como o número de filhos desejado, pode envolver aspectos como escolaridade, situação financeira, inserção profissional, contexto familiar, religião, relacionamentos afetivos e acesso às informações sobre saúde e direitos reprodutivos. Portanto, a escolha por métodos contraceptivos, inclusive os de caráter definitivo, pode estar inserida em um processo mais amplo de planejamento da própria trajetória de vida.

Segundo Konder e Konder (2016), as decisões reprodutivas estão relacionadas aos direitos fundamentais e à liberdade individual, especialmente no que diz respeito ao controle sobre o próprio corpo e à possibilidade de decidir sobre a geração de filhos. Nessa perspectiva, o planejamento reprodutivo envolve não apenas a prevenção de uma gestação, mas também o direito de cada indivíduo participar ativamente das decisões referentes à sua vida reprodutiva.

Além disso, situações de vulnerabilidade social podem interferir nas perspectivas relacionadas à reprodução. Dificuldades financeiras, instabilidade profissional, condições de moradia e limitações no acesso a serviços de saúde podem fazer parte do contexto no qual os indivíduos constroem seus projetos de vida. Damião et al. (2023) destacam que condições de vulnerabilidade social podem influenciar os padrões reprodutivos e as decisões relacionadas à parentalidade. De maneira semelhante, Milanezi (2024) evidencia que as desigualdades sociais e econômicas podem interferir no acesso aos cuidados reprodutivos e na maneira como diferentes grupos vivenciam sua autonomia nesse campo.

Além disso, é fundamental reconhecer que essa decisão não ocorre de maneira isolada nem pode ser reduzida a uma escolha puramente racional ou individual. Muitas vezes, o jovem constrói sua compreensão sobre a parentalidade a partir das experiências vividas em sua própria família, das relações afetivas estabelecidas e das condições concretas que observa ao seu redor. Histórias marcadas por dificuldades financeiras, sobrecarga de responsabilidades, conflitos familiares ou ausência de apoio podem influenciar a forma como a pessoa imagina seu futuro reprodutivo. Da mesma maneira, experiências positivas, redes de apoio e relações baseadas no cuidado podem contribuir para outras percepções sobre ter filhos e constituir uma família. De acordo com Dias (2021), características sociodemográficas e experiências individuais possuem impacto significativo sobre a autonomia reprodutiva, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social e necessidade de maior controle sobre o futuro

2.1. A Lei Nº 14.443/2022 Como Marco de Autonomia

A Lei nº 14.443/2022 é a lei brasileira que alterou a Lei nº 9.263/1996, que regulamenta o planejamento familiar, especialmente as regras relacionadas à esterilização voluntária (laqueadura e vasectomia).

A promulgação da Lei nº 14.443, de 2022, representa um marco importante no campo do planejamento familiar no Brasil, ao promover alterações significativas na Lei nº 9.263, de 1996. Entre as principais mudanças, destaca-se a redução da idade mínima para a realização da esterilização voluntária, de 25 para 21 anos, bem como a flexibilização de critérios anteriormente estabelecidos. Essa atualização legislativa pode ser compreendida como um avanço no reconhecimento da autonomia reprodutiva dos indivíduos, ao ampliar o direito de escolha sobre ter ou não filhos.

A alteração legislativa ocorre em um contexto de ampliação das discussões sobre direitos reprodutivos, planejamento familiar e liberdade de escolha. Nesse sentido, a autonomia reprodutiva está relacionada à possibilidade de o indivíduo participar ativamente das decisões referentes à própria vida reprodutiva, incluindo a escolha de ter ou não filhos e a definição do número de filhos desejado. A mudança promovida pela Lei nº 14.443/2022 passa, portanto, a reconhecer de maneira mais ampla a capacidade dos indivíduos de tomar decisões relacionadas à reprodução, respeitando sua liberdade e seus projetos de vida.

Entretanto, reconhecer a autonomia reprodutiva não significa desconsiderar a complexidade envolvida em uma decisão de caráter definitivo. A possibilidade legal de realização da esterilização deve estar acompanhada de informações adequadas sobre o procedimento, seu caráter definitivo, suas implicações e as alternativas contraceptivas disponíveis. Nesse sentido, o

planejamento familiar possui papel fundamental, pois possibilita que homens e mulheres tenham acesso à orientação e aos diferentes métodos de contracepção, favorecendo uma decisão consciente e fundamentada em informações qualificadas. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2019) destaca que o acesso a informações adequadas e a diferentes métodos contraceptivos é fundamental para que as pessoas possam realizar escolhas informadas e voluntárias. Nessa perspectiva, o planejamento familiar deve ser compreendido como um espaço de orientação e acesso a recursos que favoreçam decisões livres e esclarecidas, respeitando a autonomia de cada indivíduo.

Nesse contexto, a atuação dos profissionais de saúde, incluindo a Psicologia quando inserida no processo de acompanhamento, assume importância na garantia de um espaço adequado para esclarecimento, escuta e reflexão. O acompanhamento não deve ter como finalidade direcionar a escolha do indivíduo, mas contribuir para que ele compreenda as características do procedimento, possa expressar dúvidas e tenha acesso às informações necessárias para exercer sua decisão. A autonomia, portanto, está relacionada não somente à possibilidade de escolher, mas também às condições oferecidas para que essa escolha seja livre e informada. Beers, Nilsen e Johnson (2017) destacam que esse processo favorece a participação do paciente nas decisões relacionadas à sua saúde, respeitando sua autonomia e considerando aquilo que é significativo para sua realidade.

2.2. O Olhar da Sociedade Sobre o Tema

Nas últimas décadas, observa-se o crescimento de indivíduos que se identificam com o estilo de vida denominado childfree,

caracterizado pela decisão consciente de não ter filhos. Essa escolha representa uma ruptura com o que historicamente se configurou como um “mandato parental”, isto é, a expectativa social de que a constituição de família e a parentalidade são etapas naturais e desejáveis da vida adulta. As transformações nas configurações familiares contemporâneas ampliaram as possibilidades de escolha em relação à conjugalidade e à reprodução (Bauman, 2017). Para mulheres childfree, a escolha por não exercer a maternidade frequentemente está ligada ao desejo de desenvolver carreiras significativas (Blackstone, 2019).

As transformações ocorridas nas relações familiares e nos projetos de vida têm contribuído para a ampliação das discussões acerca da escolha de não ter filhos. Embora a parentalidade ainda seja compreendida socialmente como uma etapa importante da vida adulta, observa-se a existência de indivíduos que não desejam exercer a maternidade ou a paternidade e que passam a organizar seus projetos pessoais a partir dessa escolha. A não parentalidade, nesse sentido, pode ser compreendida como uma decisão relacionada aos desejos, valores, experiências e projetos de vida de cada indivíduo, em um contexto social marcado pela valorização crescente das escolhas pessoais e pela diversificação das formas de organizar a própria trajetória de vida (Bauman, 2017).

Nesse contexto, destaca-se o movimento childfree, expressão utilizada para designar pessoas que optam por não ter filhos por escolha. O termo ganhou maior visibilidade especialmente com a expansão das discussões sobre estilos de vida e liberdade reprodutiva, sobretudo nos espaços digitais. O movimento reúne diferentes experiências e posicionamentos, tendo como elemento comum a valorização da possibilidade de construir uma vida sem

parentalidade. Entretanto, é importante diferenciar a escolha individual de não ter filhos da simples ausência de filhos por circunstâncias externas, como dificuldades de fertilidade, condições econômicas ou adiamento da parentalidade. Na perspectiva childfree, a não parentalidade é compreendida como uma escolha intencional, diferenciando-se de situações em que a ausência de filhos decorre de circunstâncias não escolhidas pelo indivíduo (Blackstone, 2019).

2.3. Motivações Subjetivas e Desejo da Não-Parentalidade

É necessário compreender o motivo das decisões reprodutivas entre jovens que optaram pela esterilização voluntária, articulando os dados institucionais com os elementos subjetivos identificados por meio dos questionários aplicados. Busca-se, assim, analisar como fatores individuais, sociais e simbólicos se entrelaçam na construção da escolha por um método contraceptivo definitivo, especialmente em idades consideradas precoces. “A decisão de não ter filhos ou de limitar definitivamente a fecundidade envolve projetos individuais de vida e redefinições contemporâneas da família” (Blackstone, 2019, p. 12).

jovens, essa decisão pode estar associada a uma ressignificação da identidade adulta, na qual a realização pessoal não está necessariamente vinculada à procriação. Nesse contexto, a construção de projetos de vida passa a priorizar outros elementos, como autonomia, liberdade individual e desenvolvimento pessoal, deslocando a parentalidade de um lugar considerado central para uma possibilidade opcional. Segundo Giddens (2018), os jovens contemporâneos constroem projetos de vida mais individualizados,

nos quais trabalho, autonomia e realização pessoal podem ocupar maior centralidade do que a constituição familiar.

3. A INTERSECÇÃO ENTRE CONTEXTO REGIONAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR

O planejamento familiar é um conjunto de ações criadas para orientar mulheres e homens quanto a métodos contraceptivos, à prevenção de gravidez não desejada e ao direito de escolha de ter filhos ou não. Dessa forma, é fundamental fornecer informações sobre métodos contraceptivos e planejamento familiar durante o pré-natal e o pós-parto, para empoderar as mulheres na tomada de decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva. O planejamento reprodutivo é um conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal (Brasil, 2022).

Essa compreensão amplia a participação dos indivíduos nas decisões relacionadas à reprodução e reforça a necessidade de uma assistência baseada na informação e no respeito à autonomia. Nesse sentido, homens e mulheres devem ter acesso às informações necessárias para conhecer as possibilidades existentes e realizar escolhas de acordo com suas necessidades e projetos de vida. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2022) destaca que o planejamento reprodutivo deve estar associado ao acesso a informações qualificadas e aos diferentes métodos contraceptivos, de modo que as pessoas possam decidir livremente sobre sua vida reprodutiva.

A oferta de informações sobre métodos contraceptivos durante diferentes momentos do acompanhamento em saúde também possui relevância nesse processo. O pré-natal e o período pós-parto,

por exemplo, constituem oportunidades para que os profissionais orientem sobre as possibilidades de planejamento reprodutivo, contribuindo para que as mulheres possam refletir sobre suas escolhas após a gestação. Entretanto, o planejamento familiar não deve estar restrito ao período gestacional ou ao atendimento das mulheres, uma vez que a responsabilidade pelo planejamento reprodutivo envolve igualmente homens e mulheres. Nessa perspectiva, o planejamento reprodutivo deve contemplar homens e mulheres em diferentes momentos da vida, garantindo acesso à informação, aos métodos contraceptivos e às orientações necessárias para que possam tomar decisões de forma livre e consciente (BRASIL, 2022).

No contexto amazônico, as características territoriais e populacionais constituem elementos importantes para essa discussão. A extensão territorial da região, a distribuição dos municípios, as diferenças entre áreas urbanas e rurais e as particularidades relacionadas ao deslocamento podem representar desafios para o acesso regular aos serviços de saúde. Garnelo et al. (2018) apontam que, na Região Norte, a distribuição dos serviços e das equipes de saúde, especialmente concentradas nos espaços urbanos, pode produzir barreiras geográficas para as populações rurais, somadas às dificuldades relacionadas ao transporte e ao deslocamento até os serviços.

No Amazonas, essas características assumem especial importância, considerando que parte da população está distribuída em localidades com diferentes condições de acesso aos serviços especializados. Estudos realizados no estado do Amazonas evidenciam que a acessibilidade aos serviços de saúde pode ser influenciada pelas condições geográficas e pelos meios de

transporte disponíveis, especialmente em áreas rurais remotas, nas quais a mobilidade fluvial e as condições financeiras para o deslocamento podem interferir no acesso à assistência (Silva; Fausto; Gonçalves, 2023). Assim, a possibilidade de exercer a autonomia reprodutiva pode estar relacionada não apenas à existência de políticas públicas, mas também à disponibilidade efetiva dos serviços em cada território.

3.1. Psicologia da Decisão e a Construção da Autonomia

A compreensão das dimensões psicológicas envolvidas na decisão pela esterilização voluntária entre jovens articula achados empíricos com referenciais teóricos da Psicologia. Busca-se, assim, discutir como a autonomia, a maturidade emocional e os conflitos subjetivos se manifestam no processo de tomada de decisão reprodutiva, especialmente em um contexto de ampliação de direitos e transformações socioculturais. A autonomia constitui uma necessidade psicológica central no desenvolvimento humano e influencia escolhas relacionadas ao corpo e à vida pessoal (Ryan e Deci, 2017).

A tomada de decisão constitui um processo presente em diferentes momentos da vida e pode envolver aspectos cognitivos, emocionais, sociais e subjetivos. No campo das decisões reprodutivas, essa complexidade torna-se ainda mais evidente, uma vez que escolher ter ou não filhos pode estar relacionado aos valores pessoais, às experiências vivenciadas, às relações estabelecidas e às expectativas construídas para o futuro. Loll (2020), destaca que as decisões relacionadas à reprodução podem envolver não apenas a própria pessoa, mas também parceiros, familiares e outros elementos do contexto social, evidenciando que a autonomia reprodutiva é

construída em meio às relações e às condições em que essas escolhas são realizadas.

Do ponto de vista psicológico, a autonomia não se restringe à capacidade de escolha isolada, mas envolve a articulação entre desejo, reflexão e responsabilidade. Para Ryan e Deci (2017), autonomia não significa independência absoluta, mas agir com senso de vontade, reflexão e concordância interna com as próprias escolhas. Trata-se de um processo que pressupõe a possibilidade de o indivíduo avaliar suas condições de vida, seus projetos futuros e os significados atribuídos à parentalidade. Segundo Souza e Carvalho (2020), os projetos de vida são organizados em torno de desejos, expectativas e significados subjetivos construídos socialmente.

Nesse sentido, a autonomia reprodutiva pode ser compreendida como um processo no qual o indivíduo avalia diferentes aspectos relacionados à própria vida e atribui significados às possibilidades de exercer ou não a parentalidade. A escolha não ocorre em um vazio social, pois as pessoas constroem suas percepções sobre maternidade, paternidade e família a partir das experiências familiares, culturais e afetivas que vivenciam. Klann e Wong (2020), ao discutirem a tomada de decisão reprodutiva, destacam a influência de fatores psicológicos, relacionais e culturais nesse processo, evidenciando que as escolhas relacionadas à reprodução não podem ser compreendidas apenas como decisões individuais e racionais. Entretanto, estar inserido em determinado contexto não significa que o indivíduo não possa construir posicionamentos próprios diante dessas influências.

Nesse processo, fatores emocionais também podem participar da tomada de decisão. Medos, expectativas, experiências anteriores,

sentimentos relacionados à parentalidade e preocupações com o futuro podem influenciar a forma como o indivíduo avalia suas possibilidades. A presença de emoções, entretanto, não significa necessariamente ausência de racionalidade ou autonomia. Chick (2019) destaca que emoção e cognição podem atuar de maneira articulada no processo decisório, influenciando a forma como as pessoas avaliam situações e possibilidades de escolha. As decisões humanas são construídas a partir da interação entre aspectos emocionais e cognitivos, sendo importante compreender como esses elementos se articulam em cada trajetória.

A reflexão psicológica pode contribuir justamente para compreender como o indivíduo chegou àquela decisão, quais significados atribui à parentalidade, quais são suas expectativas para o futuro e quais fatores fazem parte de sua escolha. Nesse contexto, o espaço de escuta deve possibilitar que a pessoa expresse dúvidas, sentimentos, expectativas e possíveis conflitos relacionados à decisão, sem que o profissional assuma uma posição de julgamento ou tente conduzir sua escolha para uma determinada direção. A relação terapêutica baseada na colaboração, na compreensão e no respeito à perspectiva do indivíduo favorece um espaço no qual suas experiências e significados podem ser explorados de maneira segura, preservando sua autonomia no processo de reflexão e tomada de decisão (Norcross e Wampold, 2019).

4. MATURIDADE EMOCIONAL E A TEMPORALIDADE DA DECISÃO

Do ponto de vista psicológico, a maturidade não pode ser compreendida apenas como um critério etário, mas deve ser analisada a partir da capacidade do indivíduo de refletir sobre suas escolhas, considerar suas consequências e sustentar suas decisões

ao longo do tempo. A vida adulta contemporânea exige dos indivíduos constante reflexividade sobre suas ações e consequências futuras (Giddens, 2018).

A maturidade emocional constitui um aspecto relevante para a compreensão dos processos de tomada de decisão, especialmente quando estão envolvidas escolhas que podem produzir consequências duradouras. No contexto das decisões reprodutivas, essa questão ganha particular importância, uma vez que a escolha pela esterilização voluntária envolve a definição de um projeto relacionado à própria trajetória de vida e à possibilidade de ter ou não filhos. Nesse sentido, compreender a maturidade emocional requer considerar não apenas a idade do indivíduo, mas também a forma como ele interpreta suas experiências, reconhece seus desejos e reflete sobre as consequências de suas escolhas. Giddens (2018) compreende a construção da trajetória individual como um processo reflexivo, no qual o sujeito participa ativamente da organização de sua própria biografia e das escolhas relacionadas ao seu projeto de vida.

A vida adulta contemporânea também está marcada pela necessidade de constante reflexão sobre as escolhas realizadas e seus possíveis desdobramentos. Giddens (2018) destaca a importância da reflexividade na construção da vida moderna, na medida em que os indivíduos são constantemente levados a avaliar suas ações, circunstâncias e possibilidades futuras. Essa perspectiva permite compreender que as decisões pessoais não são construídas apenas a partir das experiências passadas, mas também das expectativas que cada indivíduo desenvolve em relação ao futuro.

4.1. Ambivalência, Estigma e Suporte Psicológico

Nesse contexto, o suporte psicológico assume papel central, não como instrumento de validação normativa, mas como espaço de acolhimento e escuta. O acompanhamento psicológico pode contribuir para que o indivíduo elabore suas motivações, reconheça possíveis ambivalências e fortaleça sua capacidade de sustentar escolhas conscientes. A importância do suporte psicológico: o suporte psicológico profissional é o espaço seguro para desconstruir o estigma e organizar as ambiguidades da mente. Carl Rogers (2019) compreende o espaço terapêutico como um ambiente de acolhimento, escuta empática e aceitação incondicional, no qual o indivíduo pode explorar seus sentimentos e conflitos sem medo de julgamento.

As decisões relacionadas à reprodução podem ser acompanhadas por diferentes sentimentos, pensamentos e expectativas, especialmente quando envolvem escolhas de caráter definitivo. Nesse processo, a ambivalência pode estar presente como parte da experiência do indivíduo, manifestando-se por meio da coexistência de desejos, dúvidas, receios e diferentes possibilidades imaginadas para o futuro. Van der Pligt e de Vries (2021) compreendem a ambivalência como uma experiência que pode surgir quando o indivíduo apresenta avaliações ou sentimentos conflitantes diante de uma decisão, não significando necessariamente indecisão ou incapacidade de escolher. Sentir-se seguro em relação a uma escolha não significa necessariamente ausência completa de dúvidas ou emoções contraditórias, uma vez que decisões importantes podem envolver diferentes aspectos da vida e produzir reflexões sobre suas possíveis consequências.

No contexto da esterilização voluntária, a ambivalência pode estar relacionada à própria compreensão da parentalidade e às

expectativas sobre o futuro. Um indivíduo pode, por exemplo, apresentar convicção quanto ao desejo de não ter filhos e, simultaneamente, refletir sobre a possibilidade de mudanças em sua vida. Da mesma forma, uma pessoa que já possui filhos pode estar segura quanto à decisão de não ampliar a família, mas apresentar sentimentos diversos diante do caráter definitivo do procedimento. Essas experiências não devem ser automaticamente interpretadas como incapacidade de decisão, mas compreendidas dentro da complexidade própria das escolhas humanas. Shreffler (2016) apontam que experiências posteriores à esterilização podem estar relacionadas às mudanças nas circunstâncias de vida e nas expectativas reprodutivas, evidenciando que a percepção sobre uma decisão pode ser influenciada pela trajetória vivenciada ao longo do tempo.

A perspectiva de Carl Rogers contribui para essa compreensão ao enfatizar a importância de um ambiente marcado pela aceitação, pela escuta empática e pela consideração positiva do indivíduo. Para Rogers (2019), relações de ajuda baseadas nessas condições favorecem um espaço no qual a pessoa pode entrar em contato com suas experiências e compreender seus próprios sentimentos sem que estes sejam imediatamente julgados ou desqualificados. Aplicada ao contexto da decisão reprodutiva, essa perspectiva reforça a importância de uma escuta que respeite a singularidade da experiência de cada indivíduo.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório e descritivo, tendo

como objetivo compreender as implicações psicológicas relacionadas à decisão pela esterilização voluntária entre jovens.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a análise dos significados, das percepções e dos aspectos subjetivos envolvidos nas decisões reprodutivas, considerando elementos como autonomia, projetos de vida, expectativas futuras, parentalidade, não parentalidade e possíveis sentimentos de ambivalência. O caráter exploratório buscou ampliar a compreensão do fenômeno investigado, enquanto o descritivo possibilitou organizar e apresentar os conhecimentos identificados na literatura. Conforme Gil (2019), as pesquisas exploratórias favorecem maior familiaridade com o problema, enquanto as descritivas permitem apresentar as características de determinado fenômeno.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da busca, seleção e análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses, documentos oficiais e outras produções acadêmicas pertinentes ao tema. Foram priorizados materiais relacionados à esterilização voluntária, ao planejamento familiar, à autonomia reprodutiva, à tomada de decisão, aos projetos de vida e às dimensões psicológicas, sociais e culturais das escolhas reprodutivas, considerando também as alterações promovidas pela Lei nº 14.443/2022.

Os critérios de inclusão abrangeram produções com fundamentação teórica e científica diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa, incluindo documentos oficiais sobre a legislação brasileira referente ao planejamento familiar e à esterilização voluntária. Foram excluídos materiais sem relação direta com o tema, que não contribuíssem para a discussão proposta ou que apresentassem

informações insuficientes para sua identificação e utilização acadêmica. Esses critérios orientaram a seleção das fontes, favorecendo a coerência entre o material analisado e os objetivos do estudo.

A análise das produções selecionadas buscou identificar e discutir os principais aspectos relacionados à decisão pela esterilização voluntária entre jovens, sem a intenção de produzir dados quantitativos sobre indivíduos que realizaram ou pretendem realizar o procedimento. Dessa forma, procurou-se compreender a complexidade da autonomia reprodutiva, considerando as diferentes perspectivas apresentadas na literatura, sem reduzir essas escolhas a critérios exclusivamente etários ou sociais.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, sem participação direta de seres humanos, coleta de dados em campo ou utilização de informações pessoais e prontuários, não houve aplicação de questionários, realização de entrevistas ou necessidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os cuidados éticos concentraram-se na utilização responsável das fontes consultadas, no respeito à autoria e na integridade acadêmica, mediante a realização adequada das citações e referências, conforme as normas institucionais. Buscou-se preservar o sentido original das contribuições dos autores e evitar qualquer forma de apropriação indevida de conteúdo.

Além disso, por envolver decisões reprodutivas e questões relacionadas à parentalidade e à não parentalidade, a discussão foi conduzida de maneira ética e não estigmatizante, respeitando a diversidade de experiências e perspectivas presentes na literatura.

Por não envolver participantes ou coleta de dados em campo, a possibilidade de suspensão ou interrupção esteve relacionada à disponibilidade, à confiabilidade e à pertinência das fontes bibliográficas. Caso fossem identificadas inconsistências relevantes, dificuldades de acesso a materiais essenciais ou insuficiência de publicações relacionadas aos objetivos do estudo, poderiam ser realizados ajustes nos procedimentos de busca e seleção, visando preservar o rigor metodológico da pesquisa.

Os riscos da pesquisa foram considerados mínimos, estando relacionados principalmente à possibilidade de interpretação inadequada, seleção de fontes pouco pertinentes ou utilização de informações fora de seu contexto original. Para minimizá-los, foram observadas a relevância das produções selecionadas, a coerência com os objetivos do estudo, a fidelidade às ideias dos autores e a adequada identificação das fontes utilizadas.

Como benefícios, a pesquisa possibilitou reunir e discutir conhecimentos científicos sobre a esterilização voluntária entre jovens, contribuindo para a compreensão das dimensões psicológicas, sociais e culturais envolvidas nas decisões reprodutivas. Espera-se, assim, favorecer a reflexão no campo da Psicologia sobre autonomia, projetos de vida, parentalidade, não parentalidade e tomada de decisão, considerando as transformações relacionadas ao planejamento familiar no Brasil.

6. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise da literatura permitiu compreender que a decisão pela esterilização voluntária entre jovens envolve diferentes aspectos da vida pessoal, emocional e social, sendo mais do que uma escolha

relacionada à contracepção, essa decisão pode estar associada aos projetos de vida, às experiências familiares, às condições socioeconômicas e à maneira como cada indivíduo compreende a maternidade e a paternidade. Nesse sentido, os estudos discutidos ao longo deste trabalho apontam para a importância de compreender a decisão reprodutiva de forma ampla, considerando a realidade e as expectativas, perspectiva de cada pessoa. Para Ryan e Deci (2017), por meio da teoria da autodeterminação, destacam a importância da autonomia para compreender as motivações e as escolhas individuais. Assim, a decisão reprodutiva deve ser compreendida de forma ampla, considerando a realidade, os valores e as expectativas de cada pessoa.

Um dos principais aspectos identificados na discussão teórica foi a relação entre a esterilização voluntária e a autonomia reprodutiva. A Lei nº 14.443/2022 representou uma mudança importante ao reduzir de 25 para 21 anos a idade mínima para a realização do procedimento, sem a exigência de filhos, além de alterar outras condições previstas na legislação. Essa mudança ampliou as possibilidades de escolha e reforça o direito dos indivíduos de decidirem sobre a própria vida reprodutiva. Entretanto, o acesso legal ao procedimento não elimina a necessidade de informações claras sobre seu caráter definitivo, suas implicações e as alternativas contraceptivas disponíveis (BRASIL, 2022).

A partir dessa perspectiva, é importante compreender que a autonomia não significa apenas ter o direito de escolher, mas também poder tomar decisões de acordo com os próprios desejos, valores e objetivos. Ryan e Deci (2017) contribuem para essa compreensão ao relacionarem a autonomia à possibilidade de agir de maneira coerente com as próprias motivações. Assim, a escolha

pela esterilização não deve ser considerada precipitada apenas porque ocorre durante a juventude. Da mesma forma, a idade, isoladamente, não é suficiente para determinar o grau de reflexão de uma pessoa sobre suas decisões. É necessário considerar sua compreensão sobre o procedimento, suas expectativas e os significados atribuídos à possibilidade de ter ou não filhos.

Analisando podemos observar outro aspecto relevante diz respeito às influências sociais e familiares presentes nas decisões reprodutivas. Conforme discutido nos capítulos atribuídos ao referencial teórico, as experiências vivenciadas ao longo da vida podem contribuir para a construção das percepções sobre maternidade, paternidade e constituição familiar. As relações afetivas positivas e redes de apoio também podem influenciar a maneira como a parentalidade é percebida. Isso demonstra que não existe uma única explicação para a escolha pela esterilização voluntária, uma vez que cada trajetória é construída a partir de experiências e condições particulares de cada indivíduo.

Giddens (2018), ao discutir a relação entre identidade e vida social, contribui para refletir sobre como as experiências e o contexto em que cada pessoa está inserida participam da construção de suas perspectivas e projetos de vida. Nesse sentido, dificuldades financeiras, conflitos familiares, ausência de apoio e preocupações com o futuro podem fazer parte das reflexões de quem não deseja ter filhos ou não pretende ampliar a família.

A discussão sobre a não parentalidade também contribui para ampliar a compreensão desse fenômeno. A escolha de não ter filhos pode fazer parte de um projeto de vida no qual outras prioridades, como formação acadêmica, carreira profissional, estabilidade

financeira e liberdade pessoal, ocupam um lugar importante. Nesse contexto, o movimento childfree, abordado por Blackstone (2019), permite refletir sobre a possibilidade de construir uma trajetória de vida sem exercer a maternidade ou a paternidade. Essa escolha não deve ser interpretada automaticamente como resultado de imaturidade, egoísmo ou dificuldade emocional, mas compreendida a partir dos desejos e valores de cada indivíduo.

Em relação à dimensão psicológica, a tomada de decisão reprodutiva pode envolver sentimentos, expectativas e reflexões sobre as consequências futuras. Mesmo quando existe uma decisão considerada firme, podem surgir dúvidas ou pensamentos sobre diferentes possibilidades de vida. Conforme discutido por Van der Pligt e de Vries (2021), a ambivalência pode envolver sentimentos ou avaliações conflitantes diante de uma escolha, sem representar necessariamente incapacidade de decidir. Dessa forma, a presença de dúvidas não deve ser utilizada, por si só, para desqualificar a autonomia de quem deseja realizar a esterilização. O mais importante é compreender como a pessoa interpreta essas questões e se sente esclarecida e segura em relação à própria decisão.

Nesse processo, a Psicologia pode contribuir por meio de uma escuta acolhedora, ética e livre de julgamentos. O acompanhamento psicológico não deve ter como objetivo convencer o indivíduo a realizar ou desistir do procedimento, mas oferecer espaço para que suas motivações, expectativas e possíveis conflitos sejam compreendidos. A perspectiva de Rogers (2019), ao valorizar a empatia e a aceitação, contribui para pensar em uma atuação profissional que respeite a singularidade de cada pessoa. Dessa maneira, o cuidado psicológico pode favorecer a reflexão sobre a decisão sem transformar o desejo de ter filhos ou de não os ter em

um critério de julgamento sobre a maturidade ou o valor pessoal do indivíduo.

Também é necessário considerar as condições sociais e territoriais que interferem no exercício dos direitos reprodutivos. No contexto amazônico, as dificuldades de deslocamento e a distribuição desigual dos serviços de saúde podem representar obstáculos ao acesso à informação e à assistência, especialmente para pessoas que vivem em localidades mais distantes dos centros urbanos. Garnelo et al. (2018) discutem desafios relacionados à distribuição dos serviços de saúde na Região Norte. Embora esse estudo não permita afirmar que tais dificuldades determinam a escolha pela esterilização, ele contribui para compreender que o exercício da autônomia também depende das condições concretas de acesso aos serviços e às orientações em Saúde.

De modo geral, os resultados da análise bibliográfica indicam que a esterilização voluntária entre jovens precisa ser compreendida para além da idade ou do caráter definitivo do procedimento. A decisão envolve a articulação entre autonomia, experiências pessoais, condições de vida, expectativas futuras e diferentes significados atribuídos à parentalidade. Nesse sentido, Ryan e Deci (2017) contribuem para essa reflexão ao destacarem a importância da autonomia na compreensão das motivações e das escolhas individuais. Além disso, a Lei nº 14.443/2022 representa um marco importante para o exercício dos direitos reprodutivos no Brasil, ao modificar os critérios legais para a realização da esterilização voluntária. Entretanto, o acesso aos direitos deve estar associado à oferta de informações claras e a uma assistência que respeite as decisões de cada pessoa. Ao mesmo tempo, a ampliação dos direitos legais deve estar acompanhada de acesso à informação e de uma

assistência que respeite as escolhas individuais. Essa compreensão reforça a importância de práticas profissionais que não reproduzam preconceitos sobre a juventude ou sobre a decisão de não ter filhos.

Por fim, é importante destacar que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, os resultados apresentados correspondem à análise e à articulação das produções consultadas, e não a dados coletados diretamente com jovens que realizaram a esterilização voluntária. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite analisar conhecimentos já publicados sobre determinado tema, contribuindo para sua compreensão a partir de diferentes perspectivas. Dessa forma, não é possível estabelecer, a partir deste estudo, um perfil sociodemográfico específico desses indivíduos ou afirmar quais fatores são predominantes entre eles. A contribuição da pesquisa está em reunir elementos teóricos que ajudam a compreender a complexidade da decisão reprodutiva e a importância de reconhecer a autonomia, a singularidade e os projetos de vida de cada pessoa, aspecto que pode ser relacionado à perspectiva de Ryan e Deci (2017) sobre a autonomia nas escolhas individuais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender as implicações psicológicas relacionadas à decisão pela esterilização voluntária entre jovens, considerando os aspectos individuais, sociais e culturais envolvidos nas escolhas reprodutivas. A partir da literatura analisada, foi possível compreender que essa decisão ultrapassa a dimensão médica, estando relacionada à aomia, aos projetos de vida, às expectativas futuras e às diferentes perspectivas sobre parentalidade e não parentalidade.

Nesse contexto, destaca-se a importância de compreender a decisão pela esterilização voluntária sem julgamentos ou generalizações, reconhecendo que cada indivíduo possui experiências, valores e motivações próprias. As possíveis dúvidas e ambivalências relacionadas a uma decisão definitiva também merecem atenção, sem que sejam interpretadas como sinais obrigatórios de imaturidade ou arrependimento.

No campo da Psicologia, o estudo reforça a relevância de uma escuta acolhedora e livre de preconceitos, que respeite a autonomia reprodutiva e possibilite a reflexão sobre as escolhas individuais. Além disso, as mudanças promovidas pela Lei nº 14.443/2022 evidenciam a importância de discutir o planejamento familiar considerando os direitos reprodutivos e a liberdade de decisão.

Como limitação, destaca-se a natureza bibliográfica da pesquisa, que restringe as conclusões às informações disponíveis nas produções consultadas, não permitindo generalizar as experiências de todos os jovens que optam pela esterilização voluntária. Dessa forma, sugere-se a realização de estudos futuros que investiguem as experiências desses indivíduos e os fatores psicológicos e socioculturais envolvidos em suas decisões.

Conclui-se que compreender a esterilização voluntária entre jovens exige uma perspectiva que considere a complexidade das escolhas reprodutivas, valorizando a autonomia, a singularidade e o respeito às diferentes formas de construir projetos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEERS, Emily; NILSEN, Marci Lee; JOHNSON, Jonas T. The role of patients: shared decision-making. Otolaryngologic Clinics of North

America, v. 50, n. 4, p. 689–708, 2017.

BLACKSTONE, Amy. Childfree by choice: the movement redefining family and creating a new age of independence. New York: Dutton, 2019.

BRASIL. Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Contracepção. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

CARDOSO, Hugo Ferrari; BORSA, Juliane Callegaro; SEGABINAZI, Joice Dickel. Indicadores de saúde mental em jovens: fatores de risco e de proteção. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 9, n. 3, supl. 1, p. 03-25, 2018.

CHICK, Christina F. Cooperative versus competitive influences of emotion and cognition on decision making: a primer for psychiatry research. Psychiatry Research, v. 273, p. 493-500, 2019.

DAMIÃO, Nathalie de Paula; ARAÚJO, Lucas Moura; OLIVEIRA, Francisco Mouzinho de; CARDOSO, Melina Aparecida Plastina. Perfil reprodutivo de uma população de alta vulnerabilidade. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, Salvador, v. 22, n. 1, p. 98-104, 2023.

DIAS, A.C.S. et al. Influencer of sociodemographic and reproductive characteristics on reproductive autonomy among women. Texto & Contexto Enfermagem, v. 30, 2021.

GARNELO, Luiza et al. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 1, p. 81-99, 2018.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HERKRATH, Fernando José. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 1, p. 81–99, 2018.

KLANN, Elyssa M.; WONG, Y. Joel. A pregnancy decision-making model: psychological, relational, and cultural factors affecting unintended pregnancy. Psychology of Women Quarterly, v. 44, n. 2, p. 170-186, 2020.

KONDER, C. N.; KONDER C.M.S. Autonomia reprodutiva e novas tecnologias no ordenamento brasileiro. Revista da faculdade de Direito da UFMG, 2016.

LOLL, Dana et al. Reproductive autonomy and pregnancy decision-making among young Ghanaian women. Global Public Health, v. 15, n. 4, p. 571–586, 2020.

MILANEZI, J. Distinções, mediações excludentes e desigualdade: a governança da saúde reprodutiva. Dados, 2024.

MONTEIRO, M. F. V. et al. Access to public health services and integral care for women during puerperal period. BMC Health

Services Research, v. 19, 2019.

NORCROSS, John C.; WAMPOLD, Bruce E. Relationships and responsiveness in the psychological treatment of trauma: the tragedy of the APA Clinical Practice Guideline. Psychotherapy, v. 56, n. 3, p. 391-399, 2019.

ROGERS, Carl. Tornar-se pessoa. 8. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. Self-determination theory: basic psychological needs in motivation, development, and wellness. New York: Guilford Press, 2017.

SHREFFLER, K. M.; GREIL, A. L.; McQUILLAN, J.; BRETT, J. Reasons for tubal sterilization, regret, and reversal. Journal of Marriage and Family, 2016.

SILVA, Amanda Marinho da; FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Acessibilidade e disponibilidade de oferta para o cuidado ao hipertenso na atenção primária à saúde em município rural remoto, Amazonas, Brasil, 2019. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, e00163722, 2023.

SOUZA, L. V.; CARVALHO, M. C. Subjetividade e escolhas reprodutivas na contemporaneidade. Psicologia & Sociedade, 2020.

VAN HARREVELD, Frenk; VAN DER PLIGT, Joop; DE LIVER, Yael N. The agony of ambivalence and ways to resolve it: introducing the MAID model. Personality and Social Psychology Review, v. 13, n. 1, p. 45-61, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Contraception: Evidence brief.** Geneva: World Health Organization, 2019. WHO/RHR/19.18.